

A TEORIA DOS CICLOS HISTÓRICOS E O FUTURO DA DEMOCRACIA LIBERAL

André Silva de Oliveira¹

Resumo: As tentativas de identificar padrões no desenvolvimento da história das civilizações remontam à Grécia antiga e seguem ainda hoje em vários campos do conhecimento, incluindo a ciência política. Da crença platônica de que as civilizações percorrem o caminho inexorável de ascensão e queda à defesa da ideia de que a história se alterna entre ondas de liberalização e autocratização dos sistemas políticos, o chamado historicismo forjou uma sólida literatura sobre o tema, bem como foi alvo de teorias contrárias e/ou contrafactuais. A referida discussão temática importa para a formulação de predições de cenários em ciência política e em outras áreas do conhecimento. Partindo dos debates teóricos envolvendo essas duas grandes correntes antagônicas sobre o historicismo, o presente artigo se propõe a escrutinar as razões da resiliência no curso da história da democracia liberal em contraposição aos projetos adversos defendidos hoje pelos chamados regimes híbridos. Uma das conclusões é que os regimes híbridos absorveram elementos constitutivos do modelo concorrente, o que significa não uma rendição, mas um sintoma de que já não podem dispensá-los sob pena de desvelarem completamente a natureza de seus projetos autoritários estabelecendo assim um inesperado padrão histórico de governança.

Palavras-chave: História; Democracias liberais; Regimes híbridos; Institucionalismo; Ditaduras do *spin*.

The theory of historical cycles and the future of the liberal democracy

Abstract: Attempts to identify patterns in the development of the history of civilizations date back to ancient Greece and continue today in various fields of knowledge, including political science. From the Platonic belief that civilizations follow an inexorable path of rise and fall to the defense of the idea that history alternates between waves of liberalization and autocratization of political systems, so-called historicism has forged a solid literature on the subject, as well as been the target of opposing and/or counterfactual theories. This thematic discussion is important for formulating scenario predictions in political science and other fields of knowledge. Drawing on the theoretical debates involving these two major antagonistic currents of historicism, this article aims to scrutinize the reasons for the resilience of the liberal democracy throughout history, as opposed to the adverse projects advocated today by so-called hybrid regimes. One of the conclusions is that hybrid regimes have absorbed constitutive elements of the competing model, which does not mean surrender, but rather a symptom that they can no longer dispense with them under penalty of completely revealing the nature of their authoritarian projects, thus establishing an unexpected historical pattern of governance.

Keywords: History; Liberal democracies; Hybrid regimes; Institutionalism; Spin dictatorships.

Introdução

O presente artigo se propõe a enfrentar o tormentoso problema relativo à existência de possíveis padrões de desenvolvimento da história. A análise

¹Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: portocalle62@gmail.com

escrutina as duas grandes abordagens sobre o tema – a que acredita que a história se move em ciclos e/ou ondas observáveis e a que contesta tal interpretação preferindo apontar a incerteza como característica saliente dos processos históricos. Mais do que a mera revisão da literatura, o trabalho se propôs a avaliar ainda como trabalhos recentes sobre a “morte” ou resiliência das democracias liberais em ciência política se posicionam em face das mencionadas abordagens metodológicas. Como se trata de um trabalho relativo ao desenvolvimento da história, foi necessário recorrer ao que a literatura do passado anotou sobre o tema, mas a análise se amparou fundamentalmente na contribuição dos autores institucionalistas do tempo presente.

O trabalho possui três seções assim distribuídas: a primeira aborda a teoria dos ciclos de ascensão e queda na história; a segunda seção trata do choque atual entre democracias liberais e regimes híbridos como resultado do *continuum* apontado pelo que denominamos de teoria do fio condutor histórico popperiano; e, por fim, a última seção concentrou-se em responder à pergunta sobre a existência, ou não, de padrões identificáveis de desenvolvimento na história.

A conclusão principal é a de que, embora a história não se mova em ciclos e/ou ondas como sugere uma das abordagens metodológicas escrutinadas, é possível ponderar, todavia, sobre a ocorrência de um gradual predomínio das democracias liberais sobre os regimes concorrentes como resultado dos processos históricos, já que os últimos absorveram alguns de seus elementos constitutivos, embora com distorções deliberadas. O advento recente das ditaduras do *spin* (*spin ditactorship*) seria um claro indicativo do predomínio gradual do modelo defendido pelas democracias liberais em contexto de permanente incerteza.

A história e a teoria dos ciclos de ascensão e queda

A ideia de que a história caminha por meio de ciclos imutáveis é antiga, remonta à teoria da ascensão e queda das civilizações formulada por Platão. Como foi apontado por Herman Khan e Anthony Wisner¹ (1969, p. 57), “muitos

escritores declararam ter observado na História alguns padrões cíclicos ou de desenvolvimento de acontecimentos”. Um exame retrospectivo apontaria, em tese, a validade de tal abordagem, pois todos os impérios do passado tiveram momentos de apogeu seguido da sua (aparente) inevitável queda. Assim, o reluzente modelo democrático ateniense liderado por Péricles entrou em fase de declínio após ter perdido a Guerra do Peloponeso para Esparta.²

O Império Romano, que se estendeu por todo o mundo então conhecido, deixando nele a marca indelével de suas instituições políticas, terminou com a chamada invasão dos bárbaros no século V. No início do século XIX, Napoleão Bonaparte beneficiou-se do influxo revolucionário de 1789 para fundar seu império personalíssimo e conquistar à força boa parte dos reinos fragmentados da Europa continental, mas também sucumbiu diante de uma coalizão mais forte de países do que a França já desgastada por seguidas guerras de expansão. Sua prisão e morte na remotíssima ilha de Santa Helena não deixam de ser uma magnífica alegoria da queda de um projeto autoritário ambicioso de natureza global.

Por fim, há o caso mais recente da ascensão e declínio do Império Britânico no qual, segundo se dizia, o sol nunca se punha porque ia da Índia ao continente americano. Uma diferença notável que contrapõe a expansão britânica aos modelos de impérios anteriores é que ela não se baseava propriamente na conquista - e anexação - de territórios, mas na exploração econômica (quase sempre) extrativista dos seus domínios coloniais.

O exemplo russo é bem distinto porque o país, ao longo da história, se expandiu anexando territórios de nações vizinhas menores e/ou mais fracas submetendo as populações conquistadas a processos forçados de russificação, incluindo, por exemplo, a substituição das línguas locais pelo alfabeto cirílico (SUMLENNY, 2024). A invasão russa da Ucrânia em 2022 representa a replicação do modelo secular dos czares de colonialismo baseado no controle

² No livro *O Ano 2000*, publicado originalmente em 1967, os autores fazem um alentado esforço preditivo sobre como o mundo político estaria no ano 2000. O fato de que não tenham estimado o colapso do comunismo soviético diz muito sobre as dificuldades de fazer predições sobre o futuro a partir da tentativa de identificar padrões no desenvolvimento da história.

da terra, um grotesco contraponto tardio ao imperialismo britânico que enfatizou o controle ultramarino fundado no domínio da força de trabalho.

De qualquer forma, o czarismo e o comunismo soviético viveram períodos de relativo esplendor seguidos de queda – e não parece que o regime autoritário de Vladimir Putin conseguirá restituir a grandeza pan-eslavista que persegue na Guerra da Ucrânia considerando a resistência dos europeus ao projeto hegemônico russo, bem como sua notória limitação de meios econômicos e militares convencionais.

Aparentemente, os exemplos acima evidenciariam que todos os impérios, mesmo os mais poderosos e longevos, passaram por um inevitável ciclo de ascensão e queda. Todavia, essa elaboração teórica de Platão sofreu pesada objeção de Karl Popper (1988, p. 21-24; p. 48-184, v. 1). Mas a visão epistêmica de Platão deixou, por assim dizer, uma longa cauda teórica na qual se agarraram Hegel e Karl Marx segundo apontou Karl Popper (1988, p. 7-33; p. 88-96, v. 2). Karl Marx concebeu a história caminhando inexoravelmente em um único sentido, vale dizer, o que levaria ao colapso do sistema econômico capitalista com a consequente ascensão da ditadura do proletariado, última fase do processo histórico. Logo, os marxistas chamariam a visão de Marx de leis objetivas da história – o historicismo marxista ganhava então sua forma definitiva. Mas, se a história caminhasse sempre em uma determinada direção, a luta política perderia todo o significado, pois bastaria cruzar os braços e esperar que o processo temporal cumprisse o seu fim inevitável.

Por conta disso, a Queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso do Império Soviético em 1991 representaram eventos traumáticos (e surpreendentes) para os que acreditavam nas predições teóricas supostamente infalíveis de Karl Marx. Popper (1988, p. 141-199, v. 2) havia chamado Marx de profeta ao recordar, com acerto, que a economia de mercado precisava de consumidores com poder de compra para adquirir seus produtos elaborados em escala industrial e a classe trabalhadora no Ocidente passou a ter seu bem-estar ampliado, condições objetivas que afastavam a possibilidade de revolução como parteira da história. Os eventos extraordinários de 1989 e de 1991 corroboraram a análise de Popper sobre a falta de sentido da história. Ao

final de sua obra seminal sobre teoria democrática, Popper (1988, p. 288, v. 2) foi categórico ao refutar a ideia recorrente de que a história tenha algum sentido pré-determinado:

Se pensarmos que a história progride, ou que estamos fadados a progredir, então cometemos o mesmo engano daqueles que creem ter a história um significado que pode ser descoberto nela e não necessita ser-lhe dado. Progredir, com efeito, é mover-se para certa espécie de fim, para um fim que existe para nós como seres humanos. A 'história' não pode fazer tal coisa; apenas nós, os indivíduos, podemos fazê-lo. E o podemos fazer defendendo e fortalecendo aquelas instituições democráticas que a liberdade e, com ele, o progresso dependem.

Evidentemente, a ideia sugerida de que a democracia liberal e o sistema econômico de livre mercado teriam triunfado em definitivo no final do século XX, de modo a assinalar o fim da história se revela como igualmente incongruente. A defesa da existência de um historicismo liberal não seria certamente convalidada por Popper, pois entraria em rota de colisão com sua proposição de que a história segue uma trajetória repleta de incertezas. De fato, seria verdadeiramente bizarro substituir o historicismo marxista por algum tipo de historicismo liberal ao projetar uma trajetória imutável, isenta de atropelos e/ou incidentes relevantes capazes de modificar instituições políticas e configurações dos sistemas econômicos.

Mas a tentação de predizer o estágio final da história está sempre presente como se fosse uma espécie de espectro metodológico de aplicação rápida e fácil. Assim, nos idos de 1960, Daniel Bell considerou que o *Welfare State* seria então o modelo político definitivo, uma síntese histórica consensual. Esse consenso no Ocidente em torno do Estado Previdenciário teria assinalado o fim das ideologias:

Poucos liberais "clássicos" insistem hoje em que o Estado se mantenha à margem da economia e poucos conservadores sérios – pelo menos na Inglaterra e no continente da Europa – veem no *Welfare State* um "caminho para a servidão". Há hoje, portanto, no mundo ocidental, um certo consenso entre os intelectuais a respeito dos problemas políticos: a aceitação do Estado assistencial, a preferência pela descentralização do poder, e pelo sistema de economia mista e de pluralismo político. Neste sentido também pode-se dizer que a era da ideologia terminou. (BELL, 1980, p. 326).

Por seu turno, Samuel Huntington (1991) concebeu o movimento da história em ciclos alternados entre ondas de liberalização e autocratização. A

concepção historicista de Huntington se tornou muito popular dentro e fora do mundo acadêmico, sendo comum seu manuseio pelos estudiosos do tema para tentar determinar se, no tempo presente, vive-se uma onda democrática ou autocrática. Como se demonstrará a seguir, ainda que se considere como cientificamente válido, o método de Huntington não tem sido capaz sequer de apontar ao menos uma tendência clara da onda prevalecente no momento.

O choque entre democracias liberais e regimes híbridos como resultado da teoria do fio condutor histórico

Esperava-se que, depois da Queda do Muro de Berlim e do colapso do comunismo soviético, a história, ao contrário do que previra o materialismo marxista, caminhasse na direção de uma consistente hegemonia da democracia liberal e da economia de livre mercado a qual está atrelada. Ocorre, porém, que, mesmo antes do fim do século XX, a ilusão de um aparente triunfo de uma espécie de historicismo liberal rapidamente se esvaneceu. Aliás, Popper certamente não aprovaria a ideia de que um historicismo liberal – uma anomalia teórico-conceitual – pudesse vir a substituir o historicismo marxista cujos pressupostos criticara duramente.

Em 1997, Farid Zakaria publicou o icônico ensaio *The Rise of Illiberal Democracy*, no qual escrutinou a ascensão de regimes políticos que adotavam procedimentos eleitorais - a ideia de regime de partido único estava sepultada -, mas se revestiam de elementos constitutivos claramente iliberais ao privilegiarem os poderes exorbitantes do executivo em detrimento dos outros ramos de poder.

No ensaio, Zakaria ponderou que, nos anos 1990, eleições livres e justas de candidatos racistas e fascistas não aconteciam somente na ex-Iugoslávia, mas ao redor do mundo. Na perspectiva de Zakaria² (1997, p. 23), a democracia liberal teria sido forjada historicamente “na fábrica política ocidental” por “dois fios [...] entrelaçados”, vale dizer, a democracia e o liberalismo constitucional; a ascensão das democracias iliberais representaria o florescimento da democracia ao redor do planeta, mas não do liberalismo constitucional. Para Zakaria (1997, p. 26), o que determinou a trajetória distinta

da América do Norte e Europa (Ocidente) do restante dos outros países “não foi a democracia, mas o liberalismo constitucional. O ‘Modelo Ocidental’ é mais bem simbolizado não pelo plebiscito massivo, mas (pelo) juiz imparcial” (ZAKARIA, 1997, p. 26-27).³

A então liberalização econômica do Leste Asiático teria sido um movimento crucial para a promoção da democracia liberal naquela região, embora aqueles governos exibissem “uma mistura de democracia, liberalismo, capitalismo, oligarquia e corrupção – muito parecida com os governos ocidentais por volta de 1900” (ZAKARIA, 1997, p. 27-28). O fato é que, depois do ensaio de Zakaria, emergiu na ciência política uma abundante literatura sobre as democracias iliberais que passaram a receber outras classificações, de modo a aprofundar a análise de sua natureza e funcionamento considerando que, embora adotassem elementos constitutivos das democracias liberais, atuavam, na verdade, para erodir gradualmente suas instituições políticas.

Assim, Levitsky e Way (2002) se referiram, por exemplo, às democracias iliberais como autoritarismos competitivos que violam os direitos políticos e civis, assim como a realização de eleições abertas, livres e justas. A ideia central é a de que, nos autoritarismos competitivos, os incumbentes violariam tão extensa e frequentemente as regras do jogo que esse tipo de regime falharia em fornecer padrões mínimos convencionais para o funcionamento da democracia. Os 4 critérios mínimos exigíveis para o funcionamento das democracias modernas – e violados reiteradamente pelos autoritarismos competitivos – seriam: 1) a representação política é escolhida em eleições abertas, livres e justas; 2) virtualmente, todos os adultos possuem o direito de votar; 3) os direitos políticos e as liberdades civis, incluindo liberdade de imprensa, de associação e de criticar o governo sem sofrer represálias, são amplamente protegidos; e 4) autoridades eleitas possuem real direito de governar, não se submetendo à tutela de líderes militares ou religiosos (LEVITSKY; WAY, 2002, p. 53).

³ Nossa tradução livre.

Os autoritarismos competitivos seriam uma espécie de regime híbrido como a literatura em ciência política passou a nominar as democracias iliberais, conceito forjado por Zakaria. Os regimes híbridos teriam como característica marcante a reunião simultânea de componentes autoritários e democráticos (CORRALES, 2015, p. 37). O fato de que os regimes híbridos realizem eleições - um procedimento essencial para caracterizar uma democracia como liberal -, mas não as façam de modo justo e livre, bem como criem sérios constrangimentos institucionais para a atuação da oposição leal às regras do jogo, provocou uma miríade de debates e taxonomias no campo da ciência política. Por exemplo: os regimes híbridos já foram classificados como regimes não-eleitorais (*Non-electoral Regimes*) (GILBERT; MOHSENI, 2011) ou como autoritarismos eleitorais (*Electoral Authoritarianism*) (DIAMOND, 2002).

O choque atual entre democracias liberais e regimes híbridos substituiu o anterior travado entre democracias liberais (ancoradas no livre mercado) e regimes de partido único (baseadas no planejamento estatal centralizado) que caracterizou a Guerra Fria. Esse novo confronto pode ter surpreendido a muitos - a Guerra da Ucrânia que opõem as democracias ocidentais às pretensões hegemônicas da Rússia que, por seu turno, é apoiada por regimes politicamente fechados como China e Irã - não deveria ser visto como um fato completamente imprevisível se colocarmos o tema em perspectiva mais ampliada. Aqui, cabe ponderar ao que chamamos de “teoria do fio condutor histórico” de Karl Popper.

A teoria do fio condutor histórico pondera ser razoável inferir que a história alberga a existência de um *continuum* da luta secular entre as forças da sociedade detida e as da sociedade aberta tal como concebeu Popper. Como salientou Hachon (2000, p. 545), “nós estamos condenados a negociar entre a comunidade fechada e a Sociedade Aberta”.⁴

Esse embate secular se entenderia desde a Antiguidade grega, que assistiu ao confronto entre a Atenas de Péricles e a Esparta na Guerra do Peloponeso, ao tempo presente, quando emerge uma tensão latente - e, não

⁴ Nossa tradução livre.

raro, confronto aberto como sucede na Guerra da Ucrânia - entre as sociedades abertas e as sociedades fechadas:

As novas forças que se agrupam hodiernamente em torno dos regimes híbridos parecem ter a intenção de demolir em definitivo as instituições da democracia representativa (e a herança histórica que trazem consigo), situação fática que remete à convalidação da teoria do fio condutor histórico de Popper, vale dizer, à perpetuidade da luta entre forças da sociedade aberta e forças da sociedade detida através da história. (OLIVEIRA, 2017, p. 163).

Surge aqui, em tese, a dificuldade de determinar se a luta contínua entre sistemas políticos abertos e fechados não seria uma evidência de que a história se moveria em ciclos alternados entre ambos dependendo de quem saísse vencedor nos sucessivos choques. Não é o caso, se trata antes de um elemento constitutivo vinculado à natureza humana e não a um padrão observável no andamento da história como se pode crer à primeira vista. É razoável ponderar que sempre haverá choque entre elites políticas, inclusive no interior de regimes fechados, não somente em face dos sistemas politicamente abertos.

No Ocidente, prevaleceu um modelo de governo limitado que procura conter os impulsos autoritários de grupos que procuram incrementar os próprios poderes executivos e econômicos, de modo a subverter a ideia de pluralismo político, pedra de toque das democracias liberais. Incumbentes de perfil autoritário tentam hoje erodir, gradual e sequencialmente, as instituições forjadas pelo constitucionalismo liberal no Ocidente, como apontou Zakaria desde 1997 (mas não só ele). O fato é que, se colocado em perspectiva abrangente e considerando o que prescreve a teoria do fio condutor histórico de Popper, o atual choque entre democracias liberais *versus* regimes híbridos figura como o *continuum* de uma luta iniciada há 25 séculos.

É possível identificar padrões no desenvolvimento da história?

O problema de identificar padrões no desenvolvimento dos processos históricos segue tormentoso na literatura e, aparentemente, com resultados inconclusivos. Como foi salientado, há fundamentalmente duas abordagens metodológicas distintas sobre o tema, vale dizer, a que acredita que a histórica

se move por meio de ciclos de ascensão e queda dos impérios (Platão) e/ou ciclos alternados entre ondas de democratização e de autocratização (Samuel Huntington) e a que defende que a história ostenta uma trajetória marcada pela incerteza (Karl Popper) sendo, portanto, necessário não tomar a sério teorias que preconizam a existência de um curso histórico inexorável como fizeram Oswald Spengler com sua predição de declínio da civilização ocidental e, antes dele, Karl Marx com a previsão de colapso total do sistema econômico de livre mercado seguido da instauração da ditadura do proletariado, o esperado estágio final da história.

Na abertura do seu livro seminal, Spengler⁴ (1973, p. 23) não se furta em reconhecer que sua tarefa consistia em “predizer a História”. Em síntese apertada, Spengler considerou que uma cultura, ao atingir o seu apogeu, se converteria em civilização para, em seguida, definhar e morrer. O Ocidente estaria, portanto, condenado à decadência porquanto sua cultura havia alcançado o ponto mais alto no período anterior à eclosão da I^a Grande Guerra:

Este é o sentido de todas as decadências na História, da conclusão íntima e externa, do acabamento que, inevitavelmente, aguarda a qualquer cultura viva. A que mais nitidamente se nos depara, quanto aos seus contornos, é a “decadência da Antiguidade”. Mas já podemos perceber com absoluta clareza, tanto dentro de nós como ao nosso redor, os primeiros sinais de um acontecimento perfeitamente semelhante, no que se refere à sua duração e ao seu transcurso, e que ocorrerá nos séculos iniciais do próximo milênio. Trata-se da nossa própria decadência, da “decadência do Ocidente” (SPENGLER, 1973, p. 97).

No passado, impérios foram forjados em virtude de disporem de inovações ou vantagens econômicas e militares que faltavam aos povos conquistados. É bem conhecido o episódio da entrada de Hernán Cortez na capital do Império Asteca e de como, após ter sido recepcionado amistosamente pela elite política local, venceu por dispor de uma tecnologia militar que faltava aos aborígenes, inclusive o uso de cavalos, animal então desconhecido no continente americano. O resiliente Japão imperial somente se rendeu em 1945 após ter tido duas cidades - Hiroshima e Nagasaki - devastadas por bombas nucleares norte-americanas, armas então desconhecidas e que tornaram a luta absolutamente assimétrica. Do mesmo modo, impérios declinam não por um movimento cíclico ou pendular da história, mas porque, segundo aponta a literatura institucionalista, se tornaram

sociedades mais fechadas e/ou perderam a liderança da destruição criativa no campo econômico.⁵

Assim, Portugal e Espanha, que lideraram o empreendimento marítimo no século XVI, adotaram políticas extrativistas nas vastas colônias conquistadas, ao mesmo tempo em que forjaram instituições políticas fechadas com burocracias ineficientes e, portanto, avessas à inovação econômica e abertura política. No século XVII, a Inglaterra passou por duas guerras civis nas quais o projeto democratizante do Parlamento prevaleceu sobre as pretensões hegemônicas da Coroa, de modo a permitir a formação de instituições políticas abertas, baseadas no governo da lei (*rule of law*). Essa distinção na trajetória entre um modelo inovador-politicamente aberto e outro burocrático-politicamente fechado foi bem assinalada pelo chamado institucionalismo histórico:

O contraste entre a história da Inglaterra e da Espanha e suas respectivas colônias nos últimos 500 anos é um impressionante exemplo de persistência de um modelo de evolução dependente da trajetória escolhida. No caso da Inglaterra, a Carta Magna, a evolução das garantias e direitos de propriedade e o triunfo do Parlamento em 1689 representaram o caminho da democracia política e do crescimento econômico sustentado – modelo este reproduzido e ampliado na América do Norte Inglesa. (NORTH, 2006, p. 25).

O caso é que, do ponto de vista metodológico, as análises políticas conjunturais feitas com base em teorias dos ciclos históricos têm levado a interpretações confusas e/ou pouco consistentes para dizer o mínimo. Tome-se como exemplo as avaliações do cientista político norte-americano Steven Levitsky. O açodamento com que anunciou em 2018 a “morte” das democracias claramente o associa à abordagem dos ciclos históricos. Entende-se sua preocupação (e de co-autores) com a sobrevivência das democracias liberais em face da ascensão de regimes autoritários em movimento aparentemente improvável depois que se assistiu à Queda do Muro de Berlim e ao colapso do comunismo soviético, mas compreensível se toma-se em conta

⁵ A influência de Spengler sobre a geração que viveu no período entre as duas guerras mundiais não pode ser desprezada. Albert Speer (1975, p. 18), arquiteto de Hitler e réu no Tribunal de Nuremberg, anotou em suas memórias: “A *Decadência do Ocidente*, de Spengler, convenceram-me de que estávamos vivendo em um período de decadência semelhante ao dos últimos tempos da era romana: inflação, relaxamento dos costumes, impotência do governo”.

a teoria do fio condutor histórico de Popper. Diz-se açodamento porque Levitsky e Way (2023) argumentaram que a democracia no século XXI havia se revelado surpreendentemente resiliente, uma guinada radical na posição esposada pelo primeiro autor cinco anos antes quando acenara com a possibilidade da “morte” rápida das democracias liberais. De novo, uma aposta em um ciclo - ou onda - da história se revelou incorreta.

Levitsky e co-autores tratam o advento dos regimes híbridos, de recorte predominantemente autoritário, como um fenômeno novo na história e não parece ser este o caso. Se tomarmos a teoria do fio condutor histórico, enunciada por Karl Popper, a luta entre forças da sociedade detida e da sociedade aberta se estende da Grécia antiga até os dias de hoje, situação fática que leva a um estado de permanente tensão entre movimentos políticos antagônicos e, portanto, de incerteza política. Nunca haverá um Paraíso na Terra, o que significa que a causa da democracia liberal, com sua inevitável carga de inovação econômica e destruidora de tabus políticos, sempre sofrerá tentativas de obstrução pelos movimentos autoritários que pretendem deter o curso livre, mas imprevisível, da história. Popper (1988, p. 68, v. 2) classificou, por exemplo, o advento dos totalitarismos do século XX como “a revolta contra a razão”, a conjuntura singular, embora factível como se sabe hoje, na qual majorias apoiam a destruição deliberada das instituições políticas de sistemas democráticos.

Acredita-se que sistemas políticos aparentemente consolidados com, por exemplo, mais de quatro décadas de funcionamento não poderiam ser alvos fáceis de retrocessos democráticos. No entanto, foi o que ocorreu no Chile cujas quatro décadas de democracia não impediram o brutal golpe militar de 1973, e também na Venezuela com a ascensão do coronel Hugo Chávez, para só mencionar dois casos sul-americanos. No caso venezuelano, o Pacto de Punto Fijo garantiu a alternância no poder entre o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e a Ação Democrática (AD) no período de 1958 a 1998, criando a percepção de que a democracia se encontrava a salvo contra qualquer regressão democrática. Todavia, os altos níveis de corrupção estatal corroeram a confiança pública na classe política tradicional e pavimentaram a ascensão do líder *outsider* Hugo Chávez de perfil claramente

autoritário – note-se que, antes de ser eleito em 1998, Chávez protagonizou um golpe fracassado em 4 de fevereiro de 1992, o chamado 4F. À semelhança do que Fidel Castro havia feito em 26 de julho de 1956, dia do também fracassado ataque ao quartel de Moncada, Chávez converteu o 4F em data de celebração nacional. No Chile, as quatro décadas de democracia não foram suficientes para evitar as enormes tensões políticas produzidas pelo advento do governo do socialista Salvador Allende que terminaram na brutal ditadura do general Augusto Pinochet.

Tanto em um caso quanto em outro, as tradições sociais democráticas, aparentemente consolidadas pela repetição do jogo democrático-eleitoral, não foram capazes de evitar uma abrupta mudança de curso histórico em favor de estados de retrocesso democrático (*democratic backsliding*). De outro lado, pode-se arguir que quatro décadas de tradições sociais democráticas serviram como mecanismo de contenção à tentativa de golpe ocorrida no Brasil recentemente.

Desenhos institucionais importam para a vitalidade, ou não, das democracias em face de ameaças e até de ataques autoritários às suas instituições políticas – Marcus André Melo e Carlos Pereira (2024) apresentaram interessante trabalho sobre as virtudes do modelo brasileiro de presidencialismo de coalizão no enfrentamento bem sucedido à recente intentona golpista. Mas o presente artigo não objetiva escrutinar desenhos institucionais mais ou menos eficazes em sua capacidade de evitar retrocessos democráticos, mas analisar se é possível identificar padrões no desenvolvimento político da história. Estudos recentes a respeito do tema não são conclusivos e o próprio Steven Levitsky parece ter adotado avaliações erráticas, indo e vindo em seu prognóstico sobre a “morte” das democracias como foi mencionado.

Aqui, é razoável afirmar que a própria confusão na literatura institucionalista indica que a teoria dos ciclos históricos carece de fundamentos consistentes. Se houvesse padrões claramente identificáveis no movimento da história, seria possível determinar se estamos a viver em um período de avanço ou retrocesso democrático, mas não é o caso. O modelo cíclico não dá

conta da análise que se lhe pede. E não dá conta porque nenhuma abordagem metodológica pode afastar, *a priori*, os componentes de imprevisibilidade – ou incerteza como ponderou Popper – que envolvem os processos políticos históricos. É como se um princípio de imprevisibilidade – ou incerteza – estivesse sempre presente nos processos políticos em curso na história.

Outro aspecto relevante da discussão reside nas predições “contaminadas” ou enviesadas pelo que se pode chamar de espírito da época. Herman Khan e Anthony Wisner (1969, p. 47) ponderaram, por exemplo, que a “Primeira Guerra Mundial não só acabou com ‘la belle époque’, como também destruiu a estrutura moral e política da Europa”. Por conta disso, “o pessimismo que se apoderou do Ocidente refletiu-se na popularidade de autores tais como Spengler” (KHAN; WISNER, 1969, p. 47).

Mas, se não é possível determinar padrões, então estaríamos, em princípio, condenados a navegar às cegas contrariando a pretensão humana de controlar minimamente processos políticos e, assim, chegar a resultados satisfatórios tendo como meta a instituição e a consolidação de democracias estáveis. A abordagem metodológica diversa à dos ciclos históricos sugere o contrário, vale dizer, é possível criar instituições planejadas para intervir no campo político e econômico em favor da implantação, consolidação e defesa da democracia liberal. O individualismo metodológico, com seus ensaios de teste e erro, ainda parece uma resposta mais apropriada para o aprimoramento contínuo das instituições democráticas. Não parece muito para as pretensões de controle que a natureza humana reclama, mas, ainda assim, se trata de um guia racional com o qual os incumbentes responsáveis podem orientar suas tomadas de decisões.

Dito de outro modo, a história não se move por ciclos determinísticos de ascensão e queda e/ou alternando-se entre ondas políticas distintas, mas está indelevelmente marcada pelo princípio da imprevisibilidade ou incerteza. Todavia, trajetórias podem ser modificadas em virtude de tomadas de decisão acertadas ao longo da história como aponta a literatura institucionalista.

Guriev e Treisman (2022, p. 214) ponderam que as eleições “se espalharam de forma constante por todos os tipos de autocracias nos últimos

duzentos anos”. De fato, nossa percepção é a de que, mesmo sendo o curso da história não linear ou cíclico, ainda assim, pode-se argumentar que as democracias liberais obtiveram crescentes ganhos agregados ao longo do tempo. Os regimes híbridos não podem prescindir hoje da realização de eleições com certo nível de liberdade política e equidade no tratamento dispensado aos competidores, o que significa que houve a absorção de um procedimento típico das democracias liberais. No mesmo passo, tais regimes reconhecem constitucionalmente, ainda que sem intenção de respeitá-los verdadeiramente, os direitos políticos e civis como os de associação, manifestação e expressão, por exemplo.

Essa impossibilidade de retornar a modelos escancarados de autoritarismo está implícita no conceito de “*spin dictatorship*” ou ditadura do *spin* significando “ditadura conduzida por meio de manipulação de informações e opinião pública” (GURIEV; TREISMAN, 2022, p. 23). No novo contexto global, os regimes híbridos procuram ostentar algum verniz democrático para que não se convertam em párias internacionais, daí porque seus dirigentes necessitam “fingir ser democráticos”, já que “hoje, as grandes majorias em quase todos os países – independentemente de suas histórias e sistemas políticos – preferem a democracia” (GURIEV; TREISMAN, 2022, p. 44).

No campo econômico, houve igualmente a absorção da ideia de utilidade do livre mercado até por países que antes adotavam a economia totalmente planificada como sucedia com China e Vietnã. O êxito econômico da China insinua a aparente supremacia de um modelo claramente iliberal, mas tudo indica se tratar de uma miragem, pois “a teoria (institucionalista) sugere também que, como todos os casos de crescimento sob instituições políticas extrativistas, ele não será sustentado” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 341). Somente a liberdade científica poderia gerar os incentivos corretos para o avanço da inovação tecnológica e destruição criativa compatibilizada com um sistema político aberto. Acemoglu e Robinson (2012, p. 341) estimaram que “os espetaculares índices de crescimento na China vão acabar se esvanecendo”.

Portanto, a absorção de instituições políticas e econômicas, ainda que repletas de distorções deliberadas, por regimes híbridos e até completamente

fechados (como a China) sugerem não o declínio do modelo democrático-liberal ocidental, mas, ao reverso, sua pujança em face das ameaças e ataques autoritários que hoje enfrenta. É um sinal de esperança no curso sempre incerto da história.

Conclusões

No presente artigo, vimos como a antiga ideia de que a história se move em ciclos de ascensão e queda dos impérios se estendeu até o tempo presente, sugerindo a existência de um padrão no desenvolvimento dos processos históricos. Outra abordagem metodológica refuta tal concepção alegando que, ao contrário, a história estaria coberta, por assim dizer, por um manto de permanente incerteza. O tema importa para a discussão relativa às predições feitas hoje em todos os campos das ciências sociais, em especial da ciência política cujos estudos recentes aventaram a possibilidade de que as democracias liberais estariam “morrendo” em face do avanço dos movimentos (e líderes) autoritários.

Como a história não tem uma trajetória linear, a discussão sobre a “morte” *versus* resiliência das democracias liberais se apresenta como inconclusiva, dividindo os estudiosos do assunto. O artigo recorreu à literatura mais remota sobre o tema, confrontando-a com alguns estudos de natureza institucionalista, notadamente os que envolvem análises de conteúdo histórico.

A própria incapacidade dos estudos recentes para determinar que ciclo histórico e/ou onda (democratizante ou autoritária) – para utilizar aqui o jargão concebido por Huntington – se experimenta hoje, desvela as sérias dificuldades de manejo da abordagem metodológica que identifica padrões no desenvolvimento da história.

Após analisar o mencionado choque de ideias e modelos metodológicos atinentes ao tema, nossa conclusão principal é a de que a trajetória da história é sempre marcada pela incerteza, mas é possível identificar nela o gradual predomínio das democracias liberais sobre os regimes híbridos porquanto os últimos assimilaram, ainda que com distorções deliberadas, elementos

constitutivos das primeiras. Nesse sentido, estudos recentes sobre o advento de ditaduras do *spin* evidenciarão a impossibilidade de se retornar aos regimes totalitários do século XX que apelavam, sem rodeios, para a violência explícita contra os adversários políticos. No lugar da coerção aberta e, portanto, visível, as ditaduras do *spin* privilegiarão a manipulação da opinião pública através do manejo das mídias sociais e sempre tentando cobrir-se com falsos adornos democráticos.

Admite-se que, assim como sucedeu com estudos do passado, a presente análise esteja, em alguma medida, enviesada pelo espírito da época ou do tempo presente, a despeito do razoável acúmulo de conhecimento sobre a referida matéria permitir a elaboração de abordagens mais complexas e axiologicamente neutras. Esse risco, sempre latente nas ciências sociais, não pode, todavia, elidir que se façam novas interpretações da literatura vigente com a consequente formulação de hipóteses que venham a ser submetidas a ensaios de teste e erro.

Por fim, cumpre pontuar que mais estudos sobre o tema abordado são necessários considerando a necessidade inarredável das ciências sociais, em especial da ciência política e da economia, de tentar projetar o futuro imediato em face da história cuja trajetória ainda é objeto de relevantes controvérsias.

Referências

- BELL, Daniel. **O Fim da Ideologia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- CORRALES, Javier. **Autocratic Legalism in Venezuela**. Journal of Democracy, Baltimore, Volume 26, Number 2, April, p. 37-51, 2015.
- DIAMOND, Larry. **Thinking about hibryd regimes**. Journal of Democracy, Baltimore, Volume 13, Number 2, April, p. 21-35, 2002.
- GILBERT, Leah; MOHSENI, Payam. **Beyond Authoritarianism: The Conceptualization of Hybrid Regimes**. Studies in Comparative International Development, New York, Vol. 46, p. 270-297, 2011.
- GURIEV, Sergei; TREISMAN, Daniel. **Democracia Fake – A metamorfose da tirania no século XXI**. São Paulo: Vestígio, 2022.

HACOHEN, Malachi. **Karl Popper – The Formative Years, 1902-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. **Democracy's Thrid Wave**, Journal of Democracy, Vol. 2, No 2, Spring, p. 12-34, 1991.

KAHN, Herman; WIENER, Anthony. **O ano 200 – Uma incursão no perturbador futuro próximo**. São Paulo: Melhoramentos de São Paulo, 1969.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro, Zahar, 2018. .

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. **The Rise of Competitive Authoritarianism**. Journal of Democracy, Baltimore, Volume 13, Number 2, April, p. 51-65, 2002.

_____. **Democracy's Surprig Resilience**. Journal of Democracy, Volume 34, Number 4, October 2023, p. 5-20.

MELO, M. A.; PEREIRA, C. **Por que a democracia brasileira não morreu?** São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

NORTH, Douglass. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 3ª edição, 2006.

POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, v. 1 e 2.

SPEER, Albert. **Por dentro do III Reich**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1975.

SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente – Esboço de uma morfologia da História Universal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SUMLENNY, Sergej. **Russia's Hidden Colonialism: Its Origins, Forms, and the Ways to Escape it**. European Reslience Iniciative Center. 2024, p. 1-17.

OLIVEIRA, André. **O paradoxo da regulação estatal do livre mercado em Karl Popper e Friedrich Hayek – O desafio da revitalização do liberalismo no mundo globalizado**. Disponível no sítio: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28398>. Acesso em: 25.20.2025, p. 1-193.

ZAKARIA, Farid. **The Rise of Illiberal Democracy**. Foreign Affairs, nov/dez., p. 22-43, consultado em 27/01/2022.

Recebido em 08 de janeiro de 2026.

Publicado em 01 de março de 2026.